

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: OS DESAFIOS IMPOSTOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

POLIANA RAFAELA SATURNO ALVES¹

CARLA JÚLIA DA SILVA²

RAKELLYNE ODNUMIAR VIEIRA ALVES³

JUCIARA GOMES DE MATOS SOUZA⁴

RESUMO

Este artigo tem por objetivo, à luz do materialismo histórico-dialético, analisar as implicações do conservadorismo na formação profissional do Serviço Social brasileiro, bem como seu rebatimento na atuação de assistentes sociais do país. Ao considerar a relação intrínseca entre movimento conservador e políticas neoliberais, o presente escrito joga luz ainda às repercussões da mercantilização do Ensino Superior para a formação profissional da categoria.

Palavras-chave: Serviço Social. Conservadorismo. Formação Profissional.

ABSTRACT

This article aims, in the light of historical-dialectical materialism, to analyze the conservative movements in the professional training of Brazilian Social Services, a movement that is directly involved in the work of social assistants in the country. To consider the intrinsic relationship between conservative movement and neoliberal policies, this writing also sheds light on the repercussions of the commercialization of Higher Education for the professional training of the category.

Keywords: Social Service. Conservatism. Professional Qualification.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁴ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

Seguindo uma tendência mundial, mas com suas devidas particularidades advindas da formação social brasileira, é possível observar no país, sobretudo a partir de 2016, um avanço irrefreável do conservadorismo, o qual tem perpassado não só o fazer político da direita e extrema-direita, mas também demais espaços e relações sociais no país, como parlamento, judiciário, mercado de trabalho e instituições de ensino. Como denota Souza (2016), a forma de apropriação do conservadorismo no Brasil tem acentuado elementos históricos das bases sociais advindas de um passado colonial e escravista. Dentre estas bases que enovelam o desenvolvimento do país e que incidem no *modus operandi* do movimento conservador, importa destacar questões como “[...] racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe” (Souza, 2016, p. 217). Ainda sob as lentes do autor, evidenciamos:

o "conservadorismo à brasileira", como discurso ideológico que reproduziu (na origem) e reproduz (atualmente) a consciência de classe imediata das classes dominantes (autoritarismo, desprezo pelas camadas populares, hierarquia, meritocracia, anticomunismo, "elitismo", aristocratismo, entre outros), consciência essa que emerge como uma espécie de "espelhamento" ideológico das condições objetivas nas quais decorrem a dominação de classe tupiniquim, mas sobretudo como prática política unificadora, emerge em condições socioeconômicas muito diversas daquelas que deram origem ao conservadorismo clássico (Souza, 2016, p. 230).

A partir destes aspectos, cabe aqui pontuar que o Serviço Social, enquanto expressão destas heranças ideológicas e profissão circunscrita da divisão sócio-técnica do trabalho, não está dissociado ou isento de tais tendências ideopolíticas. Ao contrário. Tem sido, desde sua gênese, atravessado diretamente pelas interfaces do movimento conservador. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2008), o Serviço Social emerge no contexto brasileiro enquanto um mecanismo das classes dominantes com vistas a exercer seu poder na sociedade, respondendo de forma cadenciada e ineficaz às expressões da “questão social”, as quais, por sua vez, se adensam à medida que se desenvolve e se consolida o modo de produção capitalista no país.

Entre as décadas de 1960 e 1970, sob a esteira da ditadura, é quando se inicia o processo de ruptura - hegemônica - da profissão com o conservadorismo, assumindo, assim, a categoria o compromisso ético-político na defesa intransigente frente aos direitos humanos e à classe trabalhadora como um todo. O Código de Ética (CE) de 1993, e demais documentos da profissão promulgados à mesma época, como a lei de regulamentação da profissão (Lei n.º 8.662/1993) e

as diretrizes curriculares, imprimem uma nova direção ético-política para o Serviço Social (Castilho *et al*, 2018).

Como pontua Boschetti (2015), o conservadorismo nunca deixou de perpassar as esferas da formação e do trabalho profissional da categoria. Não se trata, pois, de um traço novo e atual que divide o Serviço Social entre sujeitos conservadores e progressistas, mas sim um processo dialético que congrega a existência mútua do pensamento conservador a intenção de ruptura. No campo da formação profissional, que é também marcada e inaugurada por um processo umbilicalmente atrelado ao ideário católico e burguês, sob um caráter confessional e caritativo das primeiras escolas, é possível observar na contemporaneidade resquícios avivados desta gênese profissional.

Enquanto processo de reação - e resistência - à esta gênese, Boschetti (2015) evidencia elementos como a incorporação da teoria crítica marxista na produção de conhecimento; a articulação do Serviço Social com os movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas e a superação do conservadorismo hegemônico, superação esta que se deu por meio do confronto de ideias, valores e princípios.

A este debate, é de suma relevância salientar o papel do neoliberalismo e sua intrínseca relação com o movimento conservador, sobretudo se as análises estiverem voltadas para a esfera do ensino superior, esta que tem sido atravessada por um processo de mercantilização, especialmente a partir da década de 1990, sob um contexto de aprofundamento das políticas neoliberais no contexto nacional. Tal cenário, que abarca elementos como o crescimento das universidades privadas e do Ensino à Distância (EaD), incide diretamente na formação e na prática profissional de assistentes sociais.

Isto posto, o presente artigo tem por objetivo analisar os rebatimentos do conservadorismo na formação profissional em Serviço Social, jogando luz ao papel do neoliberalismo neste processo. Sob o prisma do materialismo histórico-dialético, o escrito utilizar-se-á de pesquisas de cunho bibliográfico e documental, tendo em vista o emprego de arcabouços teóricos e legislações que se fazem pertinentes ao debate.

O artigo está organizado em quatro seções: a introdução, aqui apresentada; o segundo tópico, intitulado “O Serviço Social e o movimento da sociedade: determinações históricas”, busca discorrer as marcas históricas do conservadorismo no seio da profissão; em seguida, no terceiro tópico, “Rebatimentos do conservadorismo na formação profissional em Serviço Social”, buscamos tecer algumas análises acerca do referido movimento na formação profissional de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

assistentes sociais no país e o papel do neoliberalismo para o adensamento de tal contexto. Por fim, nas considerações finais, retomamos os aspectos centrais do escrito, dando ênfase aos desafios impostos pelo conservadorismo e neoliberalismo à categoria profissional.

1 O SERVIÇO SOCIAL E O MOVIMENTO DA SOCIEDADE: DETERMINAÇÕES HISTÓRICA

Como analisado por Iamamoto e Carvalho (2006) o Serviço Social, em sua gênese, foi utilizado como um mecanismo de poder da burguesia. A profissão emerge no seio do pensamento conservador, o qual opera como uma ótica de explicação que visa favorecer os projetos de manutenção da ordem capitalista, com amplo reforço a restauração e preservação da autoridade moral. A isto, se soma o pensamento doutrinário de matriz católica que oferece subsídios para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros, definindo o perfil emergente do Serviço Social no país. Desse modo, esses profissionais se tornam agentes importantes de enquadramento dos indivíduos nos padrões de valores e comportamentos burgueses, balizados por concepções individualistas e moralizantes da “questão social”, seguindo as matrizes conservadora, positivista e funcionalista (Yasbek, 2018).

Contudo, faz-se necessário apreender a profissão no movimento histórico da sociedade, considerando seu intenso processo de transformação em função do curso da luta de classes e das formas como se concebe o aprofundamento da dinâmica capitalista. Referindo-se à “questão social”, Iamamoto e Carvalho (2006) explicam que esta constitui uma manifestação da vida social, resultante da contradição entre proletariado e burguesia e que passa a exigir outras intervenções, para além da caridade e repressão. Essa elucidação espelha aspectos históricos importantes do Serviço Social brasileiro, destacando que a trajetória de reconceituação da profissão acompanha a efervescência dos movimentos que lutavam por uma transformação social.

A tentativa de rompimento com o conservadorismo no Serviço Social reflete uma luta histórica construída coletivamente que percorre um processo desencadeado desde os anos 1950. Terra e Barroco (2012) destacam que esse movimento é influenciado pela degradação das bases do tradicionalismo profissional e pela renovação da profissão nos marcos da crise do capitalismo pós-guerra, além do surgimento de movimentos revolucionários e contestatórios no âmbito da autocracia burguesa.

A oposição a essa herança conservadora, denominada de intenção de ruptura, tem seu início na década de 1960. No seio da repressão e violência da ditadura militar, diversas figuras sociais se mobilizam coletivamente pela redemocratização no país. Nesse período, o Serviço



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Social encontra na academia um solo fértil para a construção de reflexões críticas que, apesar tímidas inicialmente, constituem os primeiros vestígios do movimento de reconceituação. Sua inserção na universidade abre um novo leque de possibilidades de formação profissional e participação nos movimentos que enfrentaram os anos de chumbo.

Netto (2018) traz algumas considerações sobre a inserção tardia no circuito universitário, segundo ele vem como uma implicação da refuncionalização da universidade no íterim da reforma de 1968 proposta pelo governo militar. O autor recorda que no curso dos anos 1970 afloram visíveis transformações societárias, que balizam a inquietação popular marcante das décadas seguintes. No limiar desta década emerge a formação da pós-graduação (1972), que condiciona a inscrição do Serviço Social no meio acadêmico-profissional como uma área de produção de conhecimento entre as ciências sociais aplicadas (NETTO, 1996).

A transição das décadas de 1970 e 1980 representa o ápice do processo de renovação do Serviço Social, evidenciado pela realização do III Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS), em 1979 - conhecido como o Congresso da Virada. Este tornou-se um marco central na disputa ideopolítica e teórico-metodológica da profissão, especialmente com a aproximação da tradição marxista (Oliveira e Chaves, 2017). A primeira metade da década de 1980 é caracterizada pelo fortalecimento das mobilizações com vistas ao retorno do regime democrático, refletindo e por diferentes condições sociais, econômicas e políticas de vida, especialmente para a classe trabalhadora. Com efeito, “o Serviço Social se beneficia do amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura militar do período 1964-84” (Iamamoto, 2014, p. 615).

Tal conjuntura assinala a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social, com impulso comedido à pesquisa e a vinculação das políticas sociais, a formação acadêmica e o exercício profissional, fundamentando-se na relação entre Estado e sociedade de classes. Desse período também se pode destacar a aprovação do currículo pelo MEC (1982) com emendas voltadas para a história, teoria e metodologia do Serviço Social, o I Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (1983), a criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (CEDEPSS) (1987), além da conquista do reconhecimento acadêmico como área de conhecimento no CNPq (1984) (Iamamoto, 2014).

Indubitavelmente, os eventos dessa quadra histórica remetem a um contexto determinante para a história do Brasil. Barroco e Terra (2012) destacam as profundas mudanças teórico-metodológicas que fortaleceram a dimensão ética no universo profissional, culminando na



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

instituição do Código de Ética Profissional de 1986. Esse movimento sinaliza avanços significativos na ruptura com as correntes filosóficas conservadoras neotomistas, alicerçadas em valores abstratos de harmonia e neutralidade, comuns aos códigos profissionais anteriores. A luta sócio-histórica em favor da democracia e do Estado de direito impulsionou a busca por um Projeto Ético-Político crítico ao conservadorismo e amplamente direcionado aos interesses da classe trabalhadora.

As autoras ainda apontam que se trata de um processo histórico aberto às determinações societárias, à dinâmicas da luta de classe e as possibilidades advindas das contradições colocadas na realidade. São deliberações construídas em diversos espaços coletivos de articulação entre os sujeitos profissionais e individuais nas condições objetivas, destacando-se entidades nacionais como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) – e suas demais instâncias, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) –, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso) (Barroco; Terra, 2012).

O recrudescimento dessa luta revela uma reflexão inovadora e potente, alargando os espaços de discussão no Serviço Social no entendimento das dinâmicas colocadas no movimento sócio-histórico. Os desdobramentos desse processo se espraiam nos ambientes acadêmicos e profissionais, concretizando-se em avanços imprescindível, a exemplo da Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/93) e do vigente Código de Ética das(os) assistentes sociais, também instituído em 1993.

[...] Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (Iamamoto, 2014, p. 615).

Contraditoriamente, o cenário de embates sociais e políticos, além das inegáveis conquistas populares, é atravessado pela advento do neoliberalismo no Brasil. Como contextualizado por Behring e Boschetti (2009, p. 147) “Os anos de 1990 até os dias de hoje tem sido de contra-reforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988 [...]”. Ao passo que se alcançam direitos, estes já nascem sob ataques balizados por medidas de ajuste fiscal, a exemplo de privatizações, retração dos gastos públicos e no esfacelamento de garantias constitucionais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

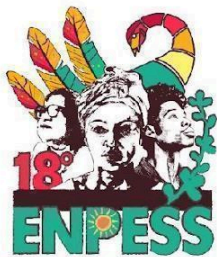
Volvendo ao percurso histórico do Serviço Social, os anos seguintes marcam a solidificação dos fundamentos teóricos-metodológicos e éticos-políticos oficializados pelos marcos legais, que passam a direcionar a prática profissional e a produção teórica. Contudo, este é um projeto que permanece em disputa, sendo constantemente atacado e tensionado pela confluência de ideais conservadores, ideais estes que têm se adensado nos últimos anos no Brasil. Isto posto, ao analisar o percurso histórico, é possível inferir que o conservadorismo nunca se desvinculou integralmente da profissão, tendo em vista que esta se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas cotidianamente pelas correlações de forças e diferentes interesses de classe. Importa salientar também que nas últimas décadas, a luta contra o conservadorismo tem tido como óbice as ofensivas capitalistas, que no contexto de crise mundial, impactam diretamente na realidade da classe trabalhadora e nos projetos de superação da ordem burguesa (Boschetti, 2015).

Na contemporaneidade, o movimento conservador pode ser considerado um fenômeno heterogêneo, com suas particularidades a depender do território em que se exprime. No Estado brasileiro, o pensamento conservador concentra marcas nítidas de formação social calcada no racismo, no patriarcado e no “elitismo”, desembocando, assim, em tendências moralizantes acerca do enfrentamento da “questão social”. Nesse sentido, Cirne, Cantalice e Luciene (2020) salientam que, atualmente, o país vivencia a legitimação de raízes fincadas em um processo sócio-histórico norteado por elementos como racismo, machismo, fundamentalismo religioso e a militarização da vida humana, assemelhando-se, pois, as raízes históricas da profissão.

2 REBATIMENTOS DO CONSERVADORISMO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

A partir dos elementos expostos, é possível perceber que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão que tem por objeto interventivo as múltiplas expressões da “questão social”. Esta, por sua vez, emerge no acirramento das contradições presentes na relação capital versus trabalho, fundamenta a existência da profissão, a partir de uma relação mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos que constituem o processo de trabalho do Serviço Social (ABEPSS, 1996).

O agravamento da “questão social”, devido a reestruturação produtiva no Brasil no contexto do neoliberalismo, acarreta inflexões no Serviço Social, que resultam das novas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

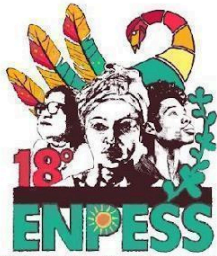
exigências decorrentes da reorganização do capital e do trabalho, da reforma do Estado e do movimento de organização das classes trabalhadoras. O processo de trabalho do Serviço Social, assim como a inserção no mercado de trabalho, é, portanto, determinado pelas estruturas e dinâmicas conjunturais da “questão social” e pelas formas históricas de seu enfrentamento. Estas formas são permeadas pela ação dos trabalhadores, do Estado e do capital, mediante políticas públicas e lutas sociais (ABEPSS, 1996).

Esses são os pressupostos que norteiam a concepção de formação profissional em Serviço Social, conforme as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (1996), da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Eles evidenciam o significado social da profissão no contexto dos anos 1990, destacando mediações históricas que incidem sobre o perfil contemporâneo da profissão e sobre as demandas e respostas às quais é provocada a construir. Isso porque o Serviço Social, entendido no quadro das relações entre as classes sociais e destas com o Estado, se transforma à medida que as condições e as relações sociais nas quais está inscrito também se modificam (ABEPSS, 1996).

O projeto de formação profissional, construído coletivamente sob a coordenação da ABEPSS, incorpora princípios e diretrizes curriculares que refletem uma concepção de ensino e aprendizagem fundamentada na dinâmica da vida social. O que significa que as mudanças observadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar e agir dos profissionais, frente às novas demandas, possibilidades e respostas necessárias. A concretização desse projeto implica, portanto, na indissociabilidade de seus núcleos de fundamentação⁵, historicamente contextualizados e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996).

No atual estágio do capitalismo, refletir sobre a formação profissional de assistentes sociais demanda uma rigorosa avaliação crítica das determinações macro societárias que incidem nessa formação. Embora seja evidente a necessidade de atualização do processo educativo-formativo, devido às transformações da sociedade contemporânea, no Brasil, a partir da década de 1990, tem-se uma ofensiva brutal do capital no mundo do trabalho, consolidada através de um novo padrão produtivo mediado por mecanismos e processos ideopolíticos que buscam incutir na sociedade os critérios das novas formas de gestão e controle do trabalho (Koike, 2009).

⁵ Os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional são: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

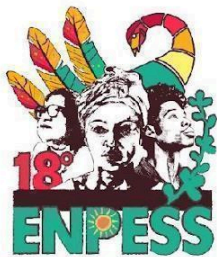
A racionalidade tecnológica e organizacional imposta intensifica a supremacia do trabalho morto e deprecia o trabalho vivo. Este torna-se mais simplificado, flexível e com maior autonomia. Torna-se imperativo desenvolver perfis socioprofissionais que incorporem novos ideais e valores à força de trabalho. Dentre os atributos comportamentais destacados estão a criatividade, o empreendedorismo, a adaptabilidade e a capacidade de trabalhar sob pressão ou em situações de crise, manifestados na conduta individual (Koike, 2009).

No contexto das agendas neoliberais, consolidadas no Brasil sobretudo na década de 1990, o mercado de trabalho passa a exigir a adequação do sistema educacional às necessidades de resposta do capital à sua crise contemporânea, o que significa tornar os trabalhadores funcionais ao novo padrão produtivo e societário. No mundo mercantil, a educação superior se destaca como uma área lucrativa para o capitalismo. Nesse sentido, dois ataques à formação profissional brasileira merecem destaque: o Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e institui a educação a distância (EaD), e o Decreto nº 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Como resultado, a partir dos anos 2000, ocorre um aumento expressivo de matrículas em instituições privadas (Koike, 2009).

Dados do CFESS (2022) apontam que a profissão de assistente social no Brasil cresceu de 70 mil inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em 2006 para 176.524 em 2019, representando um aumento de 152% em 13 anos. Esse crescimento exponencial, com uma média de 8 mil novos inscritos por ano, é atribuído à contrarreforma do ensino superior no Brasil, intensificada após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 (CFESS, 2022).

A expansão dos cursos de Serviço Social, tanto presenciais quanto à distância, tem renovado o quadro de profissionais, majoritariamente formados em instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos. Em relação ao ano de 2019, tem-se que: 52,97% dos profissionais se formaram em instituições privadas com fins lucrativos, seguidas por instituições públicas federais (18,63%), privadas filantrópicas (9,59%), públicas estaduais (8,92%), privadas confessionais (5,01%), privadas comunitárias (3,52%) e públicas municipais (1,37%) (CFESS, 2022).

Sob o discurso de democratização do acesso à educação superior, o ensino online, que impulsiona a modalidade de Ensino à Distância (EaD), favorece uma expansão desordenada e de baixo custo, conferindo-lhe um caráter discriminatório ao criar dois tipos distintos de ensino,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formação, aluno e docente. A ABEPSS, o Conjunto CFESS/CRESS, e a ENESSO se articularam a fim de impedir a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social pelo Ministério da Educação (MEC), visto que esses não atendem às exigências das Diretrizes Curriculares - fundada na teoria crítica marxiana - e mostram-se inadequados ao projeto de formação profissional (Koike, 2009).

O Serviço Social reafirma sua luta por uma formação profissional de qualidade, a partir do documento intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social (2011)”, demonstrando o descompromisso das instituições de ensino com a formação profissional de qualidade, bem como a falta de controle e acompanhamento sistemático da expansão e prestação de serviços dessas instituições por parte do MEC. No mesmo ano, o Conjunto CFESS/CRESS lançou a campanha nacional “Educação não é Fast-Food - diga não para a graduação à distância em Serviço Social” cujo conteúdo teórico, empírico e político reflete o compromisso das entidades com a educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade (CFESS, 2011).

O compromisso abarca posicionamentos que não são baseados em desconhecimento ou preconceito, nem direcionados aos estudantes e trabalhadores do EaD. A campanha expressa discordância com a política brasileira de ensino superior, que é mercantilizada e discriminatória, reforçando desigualdades sociais e regionais. Enquanto assegura ensino de qualidade aos ricos, oferece cursos de EaD, símbolo da precarização e mercantilização da educação, aos que não podem acessar instituições públicas presenciais ou custear uma formação de qualidade⁶ (CFESS, 2011).

Diante das transformações que comprometem o caráter universalista da universidade e esvaziam a dimensão emancipatória da educação, substituindo-a pela lógica mercantil em que o estudante é tratado como cliente e a universidade como mera emissora de diplomas, a formação profissional de assistentes sociais se posiciona de maneira distinta e em colisão com as concepções hegemônicas que sustentam a reforma educacional em curso. Isso porque o projeto profissional do Serviço Social expressa não apenas a ruptura com as bases tradicionais e conservadoras da profissão, mas também um amplo repensar coletivo e democrático da

⁶ Na época, foi determinada a cessação da campanha por decisão judicial, por uma ação promovida pela Associação Nacional dos Tutores de Ensino à Distância (Anated). As entidades da categoria entenderam como uma forma de censura. Neste ano de 2024, foi acolhido o recurso interposto pelo CFESS e pela ABEPSS, julgando a referida ação judicial como improcedente. Ver a seguinte matéria do CRESS/ES: <http://www.cress-es.org.br/extinta-acao-judicial-contra-campanha-educacao-nao-e-fast-food/>



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

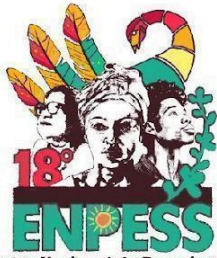
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissão, em resposta às mudanças no mundo do trabalho, nas manifestações da “questão social” e nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais (Koike, 2009)

As Diretrizes Curriculares (1996), o Código de Ética do/a Assistente Social (1993) e a Lei de Regulamentação (8.662/1993) estabelecem os parâmetros para a concepção de profissão que fundamenta o projeto ético-político do Serviço Social, de ruptura com o conservadorismo. Embora o enfrentamento ao conservadorismo tenha possibilitado a construção desse projeto, isso não implica sua “extinção” do Serviço Social. O pensamento conservador sempre esteve presente, manifestando-se na formação e na prática profissional, seja de forma explícita ou implícita. Tal persistência se deve ao fato de o conservadorismo ser um elemento imprescindível para a reprodução do capital, mantendo-se constantemente presente e disponível conforme as demandas do capitalismo (Boschetti, 2015).

Com base na perspectiva de que o conservadorismo, no momento presente, vem se reatualizando e se fortalecendo por meio de diversas determinações societárias, como as tendências de mercantilização do ensino superior, alguns traços contemporâneos se manifestam na formação profissional de assistentes sociais brasileiros (Boschetti, 2015). Referindo-se às análises de Netto (2009), a referida autora destaca a reatualização do pragmatismo no Serviço Social, enfatizando a prática profissional e a busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, especialmente aquelas fundamentadas no pensamento pós-moderno (Boschetti, 2015).

Se o conservadorismo permeia o “fazer profissional”, isso se deve à sua estreita relação e até determinação pelo avanço de certos traços conservadores na formação profissional. Vejamos alguns desses traços: a) o metodologismo enfatiza o tecnicismo e o legalismo, resultando em abordagens conservadoras que desvalorizam o pensamento crítico e a transformação social; b) o teorismo acrítico adota categorias pós-modernas e conservadoras sem questioná-las e que não revelam a realidade em sua totalidade e mantêm a ilusão de neutralidade; c) o aligeiramento da formação e da pesquisa refere-se ao direcionamento para o mercado e subordinando o conteúdo às demandas do capital; d) o pragmatismo enfatiza o utilitarismo e o imediatismo, negando a importância da teoria e promovendo ações sem compromisso com as transformações estruturais; e) o voluntarismo caracterizado por um subjetivismo que ignora a realidade objetiva, resulta em ações individualizadas e esvazia o pensamento crítico e a luta coletiva; f) o contentamento com o possibilismo se manifesta na aceitação de reformas na ordem capitalista, levando a práticas conservadoras como assistencialismo e individualismo (Boschetti, 2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

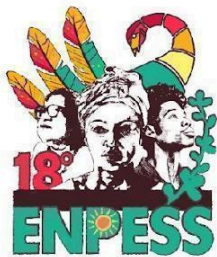
Nesse sentido, para superar os referidos traços conservadores, é imprescindível rejeitar uma formação superficial, aligeirada, acrítica e tecnicista, defendendo uma abordagem formativa que contemple a totalidade, sem concessões ao possibilismo e ao reformismo. É necessário repudiar os modismos tecnicistas e pragmáticos tanto na formação quanto na prática profissional, sustentando firmemente o trabalho como um espaço para o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora (Boschetti, 2015).

Em tempos de crise do capital, intensificada a partir de 2007-2008, ocorrem transformações significativas na gestão da força de trabalho e nos processos produtivos, cada vez mais sustentados pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Essas mudanças impactam profundamente o trabalho assalariado, resultando na deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições laborais. O que antes era uma condição residual se generaliza, afetando não apenas o setor empresarial, mas também as organizações público-estatais. Essa tendência se expande por meio de modalidades como concessões, parcerias, cooperativas, ONGs, Organizações Sociais (OS) e Fundações Privadas de interesse público (Raichelis, 2020).

Diante do contexto da nova morfologia do trabalho, caracterizada pela terceirização, flexibilização e precarização, e seus impactos no trabalho das(os) assistentes sociais, torna-se imprescindível não apenas assegurar o cumprimento das prerrogativas profissionais e das atribuições exclusivas relacionadas à atividade ou aos instrumentos utilizados, mas também realizar uma análise crítica e fundamentada dos conteúdos envolvidos. Essa análise deve considerar as implicações éticas, visando compreender e enfrentar os desafios que essas transformações impõem à prática profissional (Raichelis, 2020).

Assim, os desafios inerentes ao exercício profissional atravessam tanto a defesa da profissão quanto a formação acadêmica na contemporaneidade. Esse processo é imerso em um contexto marcado pelos moldes neoliberais de educação, que priorizam formações superficiais, privilegiando a quantidade, ou seja, a expansão numérica de profissionais formados, em detrimento da qualidade do ensino. Tal abordagem contrasta com o projeto hegemônico de formação do Serviço Social que valoriza um processo formativo crítico e comprometido com os valores e princípios defendidos no bojo do seu projeto ético-político, o qual revela a direção social e estratégica da profissão.

Uma outra tendência emergente de rearticulação do conservadorismo na profissão de assistentes sociais se manifesta no denominado “Serviço Social Libertário”. Os princípios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

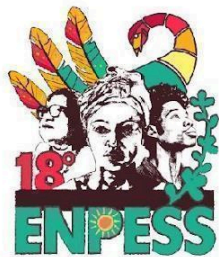
basilares dessa corrente se contrapõem ao projeto hegemônico da profissão e buscam resgatar suas raízes conservadoras, propondo uma reforma idealista do Serviço Social brasileiro, desconectada da realidade. Ao desconsiderar a luta de classes e a perspectiva de uma nova ordem societária, esse movimento defende a desvinculação da profissão em relação à “questão social”, a atuação dos movimentos sociais e a análise crítica das(os) assistentes sociais. Essa postura contribui para a banalização e militarização da vida cotidiana, bem como para a criminalização da pobreza, consolidando as relações sociais capitalistas (Cirne, Cantalice e Luciene, 2020)

Sendo assim, apesar do avanço intelectual e político do Serviço Social brasileiro, evidenciado pela ruptura com o tradicionalismo na profissão e pela consolidação do projeto ético-político, o conservadorismo ainda persiste tanto na formação quanto na atuação das(os) assistentes sociais. Esse conservadorismo é um elemento crucial para a sustentação do modo de produção capitalista, perpetuando os processos de exploração, dominação e apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Além disso, o conservadorismo está profundamente enraizado no conjunto da sociedade, de modo que a cada conjuntura se busca restaurar valores tradicionais que perpetuam desigualdades e assimetrias de gênero, raça e classe social. Consequentemente, essas dinâmicas conservadoras também se refletem no Serviço Social e incidem no perfil de profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos elementos acima evidenciados, pode-se afirmar que o conservadorismo, na sua totalidade, está presente nas diversas dimensões da vida social. Análises contemporâneas sobre o referido movimento apontam que este é fundamental à reprodução do capital, sendo, em conjunto com o neoliberalismo, um elemento central para preservar a sociedade burguesa (Boschetti, 2015).

O conservadorismo perpassa o modo de produção capitalista por meio do qual se intensifica no momento de consolidação do neoliberalismo no país, ocorrido no início da década de 1990, o que nas palavras de Barroco (2015) ao materializar-se na exploração, na dominação, na desigualdade, na violência objetiva e subjetiva, a acumulação capitalista e o neoliberalismo criaram as bases concretas para a reprodução social da barbárie manifesta em ideias, valores e comportamentos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Nesse contexto, a tendência conservadora tem se manifestado de forma constante ao longo da história. No entanto, o Serviço Social no Brasil, desde a década de 1970, vem desenvolvendo um projeto profissional fundamentado no compromisso com a classe trabalhadora. Esse processo avançou significativamente nos anos 1980 e se consolidou na década de 1990, embora continue em construção. Ainda assim, esse campo enfrenta desafios, especialmente devido aos retrocessos impulsionados pela política neoliberal e por uma nova onda conservadora que afeta tanto a formação quanto a prática profissional.

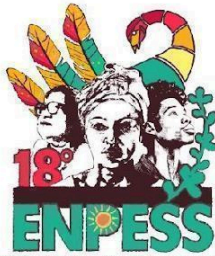
No que tange ao projeto de formação profissional em Serviço Social, conforme delineado pelas entidades representativas da profissão, observa-se um posicionamento crítico em relação à fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No entanto, a atual ofensiva conservadora coloca em risco não apenas os avanços obtidos na área profissional, mas também as conquistas nas lutas históricas por uma educação pública, universal e de qualidade.

Essa ofensiva transforma a educação superior em uma fonte de lucro para o capital, alterando o sistema educacional para atender às demandas do mercado de trabalho e às exigências de uma profissionalização alinhada aos interesses mercadológicos, pautados numa racionalidade técnica e organizacional. Conseqüentemente, a qualidade do ensino e da formação profissional é desvalorizada, resultando em um crescimento exponencial das modalidades de ensino à distância.

Assim, torna-se imperativo defender e fortalecer os movimentos que asseguram a continuidade e a materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto não apenas oferece uma base teórico-crítica robusta, mas também orienta a categoria em direção a compromissos essenciais, como a luta contra as desigualdades de gênero, raça e classe social. Essa direção estratégica se opõe a todas as investidas que resgatam e reforçam o conservadorismo na profissão, como é o caso do Serviço Social Libertário e das tendências de mercantilização da educação no Brasil.

Conforme salienta Barroco (2015), não se pode eliminar o conservadorismo de forma absoluta, uma vez que suas raízes estão além da profissão. Todavia, é possível aprofundar a crítica, criar formas de enfrentamento que enfraqueça sua permanência; recusar seus apelos moralistas, denunciar suas ingerências, alargando as bases democráticas e emancipatórias do nosso projeto, na luta pela hegemonia.

Assim, tais ações só ganham densidade se forem coletivamente discutidas e organizadas, se forem conscientemente objetivadas como ações políticas. A importância de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

continuidade deste estudo, para além desta análise e do decurso dessas considerações, coloca-se vital também como alternativas que precisam ser condensadas por pesquisas como uma indispensável contribuição à defesa da classe trabalhadora em tempos de devastação do trabalho e da vida ocasionado pelas ofensivas do conservadorismo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**, Rio de Janeiro, 1996.

Disponível em:

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social Comentado**. Organização do Cfess. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CASTILHO, Daniela *et al.* Reflexões sobre o legado dos 30 anos do Código de Ética da/o Assistente Social. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 23, n. 46, p. 38-54, jul./dez. 2023

CISNE, Mirla; CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira; ARAÚJO, Lu ciene. “Renovação” do Serviço Social brasileiro: um continuum à ofensiva conservadora. IN: **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n.2, jul. / dez. 2020. p. 307-327.

CFESS. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional**. Brasília CFESS, 2022.

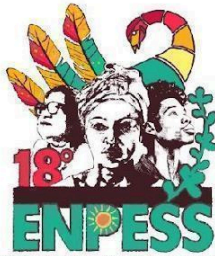
CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **CFESS Manifesta: Educação não é fast food**. Brasília, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609 – 639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

KOIKE, Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 50, ano XVII, p. 87-132, abril 1996.

OLIVEIRA, Edístia Maria Abath Pereira de. CHAVES, Helene Lúcia Augusto. 80 anos do Serviço Social no Brasil: marcos históricos balizados nos códigos de ética da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, jan./abr. 2017.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social". In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do assistente social 2**. Brasília, CFESS 2020.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos e as Tendências contemporâneas no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda et al (Orgs.). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. São Paulo: Papel Social, 2018.